



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

GEUMA MYRIAN SANTOS ALVES

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ALUNOS APOIADORES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JOÃO PESSOA

2025

GEUMA MYRIAN SANTOS ALVES

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ALUNOS APOIADORES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Adenize Queiroz
de Farias

**JOÃO PESSOA
2025**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474d Alves, Geuma Myrian Santos.

Desafios e possibilidades para alunos apoiadores na
Universidade Federal da Paraíba: um relato de
experiência / Geuma Myrian Santos Alves. - João Pessoa,
2025.
38 f.

Orientação: Adenize Queiroz de Farias.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Ensino superior. 2. Estudantes com deficiência.
3. Aluno apoiador. I. Farias, Adenize Queiroz de. II.
Título.

UFPB/CE

CDU 378(043.2)

Elaborado por SUELEÉM VIEIRA MOURA BRITO - CRB-15/397

GEUMA MYRIAN SANTOS ALVES

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ALUNOS APOIADORES NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para a obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

João Pessoa, 05 de Maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

ADENIZE D. FARIAS

Profª Drª Adenize Queiroz de Farias
Orientadora

Izaura Maria de Andrade da Silva

Profª Drª Izaura Maria de Andrade Silva
Examinadora

Rosyléa Dantas Silva

Profª Drª Rosyléa Dantas Silva
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui. A virgem Maria por sua intercessão e cuidado comigo e com os meus.

A meus pais, sobretudo a mamãe, por ser nosso exemplo de ser humano e de mãe. Aos meus amados irmãos, Gisele, Giselda e Marcelo.

Ao meu marido, Valmir, meu porto seguro, que por vezes viu minhas alegrias, medos e ansiedades, e esteve sempre ao meu lado, me apoiando com palavras de incentivo.

Ao meu maior tesouro nesta terra, meus filhos, Gustavo e o bebê que está a caminho (ainda não sei se é Vinícius ou Maria Cecília), foi por vocês!

Aos queridos colegas que conheci no decorrer do curso e aos amigos extensionistas do projeto Inclusão em foco, que tornaram a caminhada mais leve.

A minha orientadora, professora Adenize, com quem tive uma longa história como aluna, monitora, extensionista, e, posso dizer, como amiga. Agradeço por sua paciência e por suas palavras sempre sábias.

As professoras Izaura e Rosycléa, por terem aceito compor a banca de avaliação deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

O percurso acadêmico na Educação Superior é desafiador para todos os estudantes, sobretudo para aqueles que possuem algum tipo de deficiência e/ou necessidade específica, devido às inúmeras barreiras experienciadas durante todo o processo educacional. Diante de tal realidade, compreender a importância de políticas institucionais que favoreçam o acesso e a permanência desses estudantes na universidade, é um passo essencial para o sucesso acadêmico dessa parcela de discentes tão prejudicada ao longo dos anos. Dentre as ações voltadas para a inclusão e acessibilidade no âmbito da Universidade Federal da Paraíba, neste Trabalho de conclusão de curso, refletimos acerca das dificuldades, como também, do crescimento e da importância do programa Aluno Apoiador para garantia de inclusão e acessibilidade. Este estudo tem como objetivo apontar desafios e possibilidades relacionados ao trabalho dos alunos apoiadores na Universidade Federal Paraíba. Como aporte teórico, utilizamos os documentos legais e também estudos e pesquisas realizadas em relação aos programas de apoio aos estudantes com deficiência na universidade brasileira. A metodologia deste estudo, baseado em abordagens qualitativas, contemplou a construção de um relato de nossa experiência, enquanto aluna apoiadora de um estudante com deficiência matriculado na UFPB. Os resultados demonstraram que o aluno apoiador vivencia desafios nas relações com seu apoiado, com os docentes e os demais colegas de turma. Diante desses desafios, destacamos o importante papel desempenhado pelos apoiadores no processo de aprendizagem e permanência dos estudantes com deficiência e/ou Necessidades Educacionais específicas nos cursos da UFPB. Finalmente, destacamos a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas a fim de avaliar o programa e propor melhorias para sua continuidade.

Palavras-chave: Ensino Superior; Estudantes com deficiência; Aluno apoiador.

ABSTRACT

The academic path in Higher Education is challenging for all students, especially for those who have some type of disability and/or specific need, due to the numerous barriers experienced throughout the educational process. Given this reality, understanding the importance of institutional policies that favor access and permanence of these students in university is an essential step towards the academic success of this group of students who have been so disadvantaged over the years. Among the actions aimed at inclusion and accessibility within the scope of the Federal University of Paraíba, in this final course work, we reflect on the difficulties, as well as the growth and importance of the Supporting Student program to guarantee inclusion and accessibility. This study aims to identify challenges and possibilities related to the work of student supporters at the Federal University of Paraíba. As a theoretical basis, we used legal documents and also studies and research carried out in relation to support programs for students with disabilities in Brazilian universities. The methodology of this study, based on qualitative approaches, included the construction of a report of our experience as a student supporting a student with disability enrolled at UFPB. The results demonstrated that the student supporters experience challenges in their relationships with their supported students, with teachers and with other classmates. In view of these challenges, we highlight the important role played by supporters in the learning process and retention of students with disabilities and/or specific educational needs in UFPB courses. Finally, we highlight the need for new research to be carried out in order to evaluate the program and propose improvements for its continuity.

Keywords: Higher Education; Students with disabilities; Student supporter.

LISTA DE SIGLAS

CIA Comitê de Inclusão e acessibilidade

CONSEPE Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

FABLAB Laboratório de fabricação da Universidade Federal da Paraíba

IFES Instituições Federais de Ensino Superior

IES Instituições de Ensino Superior

LB Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência

MEC Ministério da Educação

NEDESP Núcleo de Educação Especial

NEE Necessidades Educacionais especiais

PAED Programa de Apoio ao Estudante com deficiência

PROGEP Pró-Reitoria de Gestão de pessoas

SECADI Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SESU Secretaria de Educação Superior

SIGAA Sistema Integrado de Gestão de Atividades acadêmicas

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UEPB Universidade Estadual da Paraíba

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

Introdução	7
2 Uma reflexão acerca das principais barreiras e programas de apoio aos estudantes com deficiência nas Universidades brasileiras	10
2.1 Barreiras para o acesso e permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior.....	10
2.2 A inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro	13
2.3 principais programas de apoio e suporte aos estudantes com deficiência nas universidades brasileiras	15
2.4 Programas de apoio aos estudantes com deficiência na Universidade brasileira: apontamentos relevantes	16
3 Percurso metodológico	20
4 Resultados e discussões	22
4.1 Desafios na relação apoiados e apoiadores na Universidade Federal da Paraíba	22
4.2 Os alunos apoiadores e o diálogo com os docentes na UFPB	25
4.3 A relação entre os estudantes com deficiência e os colegas de sua turma: percepções do aluno apoiador	27
4.4 O programa aluno apoiador na UFPB: algumas contribuições	29
5 Considerações finais	31
REFERÊNCIAS	34

Introdução

Sabemos que o percurso acadêmico na Educação Superior é desafiador para todos os estudantes, sobretudo para aqueles que possuem algum tipo de deficiência e/ou necessidade específica, devido às inúmeras barreiras experienciadas durante todo o processo educacional, até a chegada a uma instituição de Educação Superior.

Diante de tal realidade, compreender a importância de políticas institucionais que favoreçam o acesso e, ainda mais, a permanência desses estudantes é um passo essencial para o sucesso acadêmico dessa parcela de discentes tão prejudicada ao longo dos anos.

Segundo o Censo do Ensino Superior 2023, no país há cerca de 92.756 estudantes que declararam possuir algum tipo de Necessidade Educacional Específica (NEE), englobando deficiências, transtornos específicos de aprendizagem ou superdotação, doenças crônicas e transtorno mental, matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES), o que representa 0,9% do número total de matrículas em cursos de graduação (Brasil, 2024).

Quanto aos dados acerca de atendimentos visando a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência e/ou NEE na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), observa-se que no ano de 2022 foram identificados 516 discentes nestas condições (UFPB, 2023).

A Resolução nº 37/2021 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB (CONSEPE), considera estudantes com NEE aqueles que necessitem de procedimentos ou recursos educacionais especiais, abrangendo além das deficiências, visuais, auditivas, físicas, intelectuais ou múltiplas, os transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e os transtornos e dificuldades secundárias de aprendizagem (UFPB, 2021).

Já no ano de 2023 o relatório Cia em números (UFPB, 2024) registrou o quantitativo de 383 discentes atendidos, além de outros 297 que, embora sejam estudantes com deficiência ou NEE, declararam não necessitar de suporte do Comitê de inclusão e acessibilidade (CIA).

Sobre esta questão é importante destacar que “a grande diferença entre o número de discentes NEE registrados no “CIA EM NÚMEROS 2023” e os

registros dos anos anteriores, deve-se a correções feitas no SIGAA e solicitadas por este comitê à STI” (UFPB, 2024). Estas correções dizem respeito principalmente à obrigatoriedade de apresentação de documentos que comprovem a deficiência ou NEE.

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade foi criado em 2013, para operacionalizar a política de inclusão e acessibilidade institucional da UFPB. Dentre as várias ações desenvolvidas pelo Comitê, destacamos a criação do Programa Aluno apoiador, atualmente denominado Programa de Apoio ao estudante com deficiência (PAED).

Para acesso ao programa, o discente apoiado autodeclara sua NEE ao realizar o cadastro no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), solicita atendimento ao CIA e após uma avaliação multiprofissional, sendo constatada a necessidade, passa a receber auxílio de um colega, estudante sem deficiência, em algumas demandas pedagógicas e de acessibilidade durante as aulas.

Os discentes sem deficiência, candidatos a apoiadores no programa, precisam passar por um processo seletivo, realizado pelo CIA. O Comitê publica um edital, os interessados precisam realizar a inscrição e passar pela seleção, que consiste em duas etapas. A primeira é eliminatória, os candidatos realizam uma prova de conhecimentos específicos sobre as deficiências. A segunda etapa é classificatória, através da análise socioeconômica da documentação exigida no ato da inscrição. A fase final do processo seletivo é direcionada ao pareamento entre os estudantes com deficiência e seus respectivos apoiadores. Ao iniciar o apoio os discentes apoiadores passam a receber uma bolsa-auxílio mensal, de acordo com a carga horária trabalhada, não podendo ultrapassar às 20h semanais.

A partir de minhas vivências como aluna apoiadora, busquei construir este estudo, que tem como objetivo apontar desafios e possibilidades relacionados ao trabalho dos alunos apoiadores na Universidade Federal da Paraíba. Além disso, como objetivos específicos, buscamos:

- 1 - Relatar obstáculos vivenciados na relação entre apoiados e apoiadores;
- 2 - Identificar as dificuldades para o diálogo envolvendo docentes e estudantes apoiados e apoiadores;

3 - Refletir acerca das barreiras na convivência diária entre os alunos com deficiência e os colegas de sua turma;

4 - Apresentar contribuições no propósito de disseminar e fortalecer o Programa aluno apoiador na UFPB.

Para isso, organizei o trabalho em seis capítulos: Introdução; Referencial teórico, no qual abordarei o ensino superior e os programas de apoio aos estudantes com deficiência na Universidade brasileira; Percurso metodológico, onde se detalhará o passo a passo para realização da pesquisa; Resultados e discussões, capítulo que mostrará as principais descobertas durante a construção dos relatos, que serão discutidos com base nos autores que pesquisam esta temática, encerrando o texto com as considerações da autora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as referências utilizadas para a construção do estudo.

2 Uma reflexão acerca das principais barreiras e programas de apoio aos estudantes com deficiência nas Universidades brasileiras

Neste capítulo abordo a participação de estudantes com deficiência e/ou NEE no Ensino Superior, destacando inicialmente uma série de barreiras que impedem ou dificultam sua permanência nesta etapa de ensino. Além disso, apresento a legislação brasileira e as principais conquistas alcançadas, tendo em vista a inclusão destes estudantes. Para finalizar o capítulo, menciono algumas pesquisas desenvolvidas acerca desta temática.

2.1 Barreiras para o acesso e permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior

Para tratar acerca dos principais desafios que afetam as condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior, parto do conceito e definições de barreiras, apontadas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

De acordo com a qual barreiras são:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2023).

A mesma lei prossegue destacando as mais diversas formas de classificar as barreiras presentes na sociedade brasileira e, por conseguinte no ambiente universitário, reduzindo as chances de sucesso e participação acadêmica de estudantes com deficiência.

As barreiras podem ser classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por

intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (Brasil, 2023).

Em estudo realizado por Diniz e Silva (2021) que teve por objetivo analisar as perspectivas sobre os facilitadores e barreiras para a inclusão, na visão de discentes com deficiência de algumas Universidades públicas brasileiras, observou-se a participação crescente de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Entretanto, a pesquisa, que contou com a participação de universitários de três instituições, conseguiu evidenciar a presença dos diversos tipos de barreiras, o que traz à tona algumas dificuldades enfrentadas por esses estudantes no Ensino Superior.

Nas instituições universitárias as barreiras arquitetônicas e urbanísticas podem ser evidenciadas através de ambientes que não possuem rampas de acesso, ausência de piso tátil, calçadas desniveladas, locais com escadarias, sem elevadores, salas de aulas distantes umas das outras, além da insuficiência de banheiros acessíveis.

Tais barreiras impedem o deslocamento e o livre acesso destes estudantes para suas salas de aula e para outros setores do campus universitário, limitando sua participação e aumentando a dependência de outras pessoas que os auxiliem neste percurso. A esse respeito Reis e Glat (2022) reforçam que,

Acessibilidade na universidade, e demais contextos educacionais, tem a função não só de proporcionar as condições objetivas de permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, mas também representa, subjetivamente, uma indicação de pertencimento (Reis e Glat, 2022, p.100).

Na pesquisa de Castro e Almeida (2013), realizada em 13 universidades das diversas regiões do Brasil, as barreiras atitudinais são mencionadas em vários relatos dos participantes. Segundo as autoras,

Uma das dificuldades comumente encontradas pelas pessoas com deficiência no seu cotidiano são as barreiras atitudinais, que são aquelas oriundas das atitudes das pessoas diante da deficiência como consequência da falta de informação e do preconceito, o que acaba resultando em discriminação, mais preconceito e, por consequência, a exclusão (Castro e Almeida, 2013, p. 188).

Diniz e Silva (2021) também se referiram as barreiras atitudinais, ao afirmar que,

o relacionamento com os demais colegas muitas vezes é marcado pelo preconceito, manifestado na exclusão dos alunos com deficiências e no uso de rótulos, assim como no comportamento de recusa ou esquiva no momento de compor grupos para realizar as atividades acadêmicas. Os colegas consideram que o grupo pode ser prejudicado com a presença dos alunos com deficiências [...] (Diniz e Silva, 2021, p. 464).

Estes estudos também explicitaram atitudes capacitistas e discriminatórias por parte de alguns professores, assim como no atendimento recebido por alguns servidores das universidades,

os quais, muitas vezes, negam informações aos estudantes com deficiências, assim como em relação à coordenação, que não garante o suporte necessário e não conversa com o corpo docente sobre as necessidades específicas apresentadas por esses acadêmicos (Diniz e Silva, 2021, p.466).

Além das barreiras arquitetônicas, urbanísticas e atitudinais, a LBI menciona também barreiras no tocante à comunicação. Para os estudantes com deficiência visual, é recorrente a falta de acessibilidade em informes que são repassados em murais ou ainda escritos em lousas, na sala de aula. Castro e Almeida (2013, p.724) trazem um relato de um estudante cego que confirma esse argumento, afirmando que:

Às vezes você chega em uma sala e tá no quadro escrito que não vai ter aula, aí como que você vai adivinhar? Então é uma coisa meio chata, deveria ser colocada, por exemplo, no próprio site [...] quem enxerga tudo bem, mas quem não enxerga? Como que vai saber?

Já os estudantes surdos, por vezes, são prejudicados por não disporem de condições mínimas de acessibilidade. Estes necessitam do auxílio de intérpretes de Libras, que nem sempre as universidades contam com o quantitativo suficiente para responder a demanda existente. Segundo Sanches e Silva (2019), quando ocorre a ausência de intérpretes, não há, por parte da instituição, a preocupação em remanejar outro profissional para acompanhar o estudante surdo, o que ocasiona a falta de estímulo para estudar e permanecer em sala de aula. Além disso, seus professores e colegas ouvintes, na maioria das vezes, não são usuários da língua de sinais, o que dificulta ainda mais a comunicação entre eles.

É válido acrescentar ainda, que os estudos mencionados neste referencial teórico, apontaram além das barreiras, que dificultam a permanência dos estudantes com deficiência no Ensino Superior, os “facilitadores” neste percurso acadêmico. Para Castro e Almeida (2013), facilitadores são ações desenvolvidas pelas universidades para os discentes com deficiência, tais ações

são caracterizados por ambientes favoráveis, espaços acessíveis, acesso ao conhecimento, atitudes positivas, também materiais e recursos adaptados, como livros em Braille, computadores adaptados com leitores de tela, monitorias, presença de intérpretes de LIBRAS, além de manutenção e reestruturação dos espaços físicos da universidade (Castro e Almeida, 2013, p. 189).

Nos relatos dos entrevistados por Diniz e Silva (2021), os estudantes apresentaram, ainda, outros fatores que favorecem sua permanência, como apoio de familiares, relações de amizade com colegas e professores e a receptividade e acolhimento de alguns professores.

Consideramos importante dar ênfase não apenas às barreiras mas também às condições facilitadoras, por entender que quando tais condições são oferecidas a estudantes com deficiência ou NEE, aumentam suas chances de concluir, com êxito, o seu curso superior. Destacamos também, que já é possível observar práticas positivas e inclusivas no ambiente universitário, até porque estas ações já estão asseguradas na Legislação brasileira, como será evidenciado no tópico a seguir.

2.2 A inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior brasileiro

No Brasil, importantes marcos legais referem-se à inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior. De maneira geral, a Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), são marcos importantes para a implantação de um sistema de ensino inclusivo, pois defendem que os estudantes com deficiência, deverão estar preferencialmente matriculados no ensino regular.

Historicamente, em razão de pensamentos equivocados acerca da incapacidade das pessoas com deficiência, esses estudantes permaneceram à margem, ficando excluídos do acesso à Educação básica e, conseqüentemente,

ao Ensino Superior. Apenas em 1989, ano seguinte à publicação da Constituição Federal, foi aprovada a Lei 7.853/1989, que estabelece “normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social” (Brasil, 1989).

Especificamente em relação ao Ensino Superior, a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de cotas, dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino técnico de nível médio. Em seu artigo primeiro define que,

as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público [...] (Brasil, 2012).

A reserva de vagas destinadas aos cursos técnicos de nível médio e superior nas Instituições Federais de Ensino, abrange estudantes que se autodeclararam pretos, pardos, indígenas e quilombolas.

Alterada em 2016 pela Lei 13.409/2016, passou a incluir, também, as pessoas com deficiência em seu dispositivo legal. Assim, os aspectos que se referem a reserva de vagas, passaram a vigorar com a seguinte redação,

em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2016).

Outro marco de grande importância, foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da pessoa com deficiência, em 2015. “Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2023).

Em seu capítulo quarto, a LBI estabelece que a educação é um direito fundamental da pessoa com deficiência, devendo ser garantido um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida. Além disso,

fica a cargo do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar [...] o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em

igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas (Brasil, 2023).

Com isso, o acesso dos estudantes com deficiência adquire um respaldo legal, que estabelece desde o direito à educação ao longo da vida e em igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino, bem como, a porcentagem de vagas em cursos de instituições federais de nível técnico e superior destinadas a esse público, que, por séculos foi tão prejudicado pela sociedade em consequência do Capacitismo.

Nessa lógica, o Capacitismo é entendido como “todo e qualquer discurso e/ou atitude discriminatória, que coloca em xeque as potencialidades de uma pessoa em razão da deficiência” (Dantas; Farias e Bezerra, 2024). Tal preconceito, reforça estigmas historicamente disseminados, assemelhando-se a outras formas de preconceito, como racismo e homofobia.

Considerando que o Capacitismo se faz presente por meio de diversas ações excludentes e discriminatórias vivenciadas com frequência em nossas universidades, entendemos que não basta criar leis, é preciso também desenvolver em cada instituição de ensino superior programas e outras iniciativas que, de fato, venham garantir a permanência destes estudantes, o que discutiremos a seguir.

2.3 principais programas de apoio e suporte aos estudantes com deficiência nas universidades brasileiras

Nesta seção discorreremos sobre os principais programas de apoio e suporte aos estudantes com deficiência implementados em algumas IES brasileiras, entre os quais destacamos o Programa Incluir, que, sem dúvida, ganhou força em todo território nacional.

O programa do Governo Federal, “Incluir - acessibilidade na educação superior” foi criado em 2005 pelo Ministério de Educação (MEC) e intermediado pela Secretaria de Educação Superior (Sesu) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), buscando orientar a implementação da Política de Acessibilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Por meio do apoio do MEC as instituições

inscreviam suas propostas e concorriam em chamadas públicas, a incentivos orçamentários para realização de ações de acessibilidade,

objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (Brasil, 2013).

Na primeira versão do Programa Incluir, que ocorreu no período de 2005 até 2011, o MEC lançou editais em que as Universidades concorriam, apresentando projetos de criação e implementação dos núcleos de Acessibilidade, objetivando a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais nos ambientes, materiais didáticos e equipamentos. A partir de 2012 houve uma universalização do programa, permitindo que todas as IFES fossem beneficiadas com recursos orçamentários. Para tanto, as ações desenvolvidas pelos núcleos de acessibilidade passaram a obedecer aos eixos: infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programas de pesquisa e de extensão.

A partir das ações do programa Incluir, que possibilitaram a criação de núcleos de acessibilidade em diversas IFES brasileiras, foi possível o desenvolvimento de programas institucionais de acessibilidade próprios. Assim, cada Universidade conquistou autonomia para implementar estratégias de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência ou NEE, o que gerou avanços crescentes no número de matrículas destes estudantes.

Na seção seguinte, apresentamos reflexões relacionadas a estudos realizados acerca das principais dificuldades, como também dos resultados obtidos no país a partir da implementação desses programas.

2.4 Programas de apoio aos estudantes com deficiência na Universidade brasileira: apontamentos relevantes

Desde a criação do Programa Incluir, muitos estudos foram realizados acerca da implementação dos núcleos de acessibilidade e as políticas institucionais para inclusão de estudantes com deficiência e NEE nas IES brasileiras. Neste tópico apresentaremos alguns destes estudos:

Lara e Sebastián-Heredero (2020), mapearam e analisaram teses e dissertações, publicadas no período de 2005 a 2020, a fim de compreender como as instituições de ensino superior estão organizando suas políticas de acesso e permanência de estudantes com deficiência e NEE, após a implementação do Programa Incluir.

Ao analisar os trabalhos encontrados, foi possível identificar ações desenvolvidas por instituições de várias regiões do país, além de um maior interesse de pesquisadores pela temática da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Observou-se, ainda, a importância do programa Incluir na democratização do acesso de jovens e adultos com deficiência na Educação Superior.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período de 2011 a 2015, é tema do estudo de Melo e Araújo (2018). Criado em 2010, o núcleo tem por objetivo “intervir e acompanhar, na perspectiva interdisciplinar, a trajetória do estudante com NEE, mediando o suporte educacional para o desenvolvimento de seu processo de ensino-aprendizagem” (p. 58-59).

Os pesquisadores nortearam o estudo a partir de quatro aspectos relevantes: atendimento aos estudantes com NEE; apoio social; formação continuada e infraestrutura. Quanto ao primeiro aspecto foi possível identificar um aumento no número de ingressantes com deficiência e NEE nos cursos de graduação da UFRN. Em relação aos atendimentos realizados pelo Núcleo, a predominância maior foi de estudantes com deficiência visual e deficiência física, contando ainda, com outras NEE.

Em relação ao aspecto apoio social, foram realizadas ações junto ao Serviço Social do Núcleo de acessibilidade, a fim de identificar possíveis vulnerabilidades sociais entre os estudantes público-alvo da Educação Especial, encaminhando-os para concorrer a bolsas de Assistência estudantil. Buscando garantir sua permanência durante o percurso acadêmico.

Foram desenvolvidas ainda, formação continuada e capacitações para docentes e servidores técnicos, visando o atendimento adequado aos estudantes com deficiência e NEE.

No quesito infraestrutura, possibilitou-se a criação de setores e um laboratório de acessibilidade, bem como, aquisição de recursos de tecnologia

assistiva e equipe de profissionais qualificada, para desenvolver ações e o acesso aos materiais. Ainda, buscou-se, junto a Superintendência de Infraestrutura da instituição, diagnóstico e melhoria na acessibilidade física do campus.

O capítulo final do estudo traz alguns desafios que foram experienciados desde a implementação do Núcleo de Acessibilidade. A exemplo de concepções ultrapassadas, por parte da comunidade acadêmica, influenciada pela concepção do modelo médico da deficiência, associando o núcleo a um espaço de tratamento clínico, apesar dos esforços para disseminar o papel do núcleo e seus serviços didáticos pedagógicos.

Além disso, mesmo com a existência de setores de apoio estudantil, a instituição não conseguiu que todos os discentes aderissem à auto declaração da condição de NEE ao realizarem a matrícula, seja por constrangimento ou medo de expor a deficiência ou NEE. O que ocasiona a ausência de dados corretos e inviabiliza a realização de ações de apoio e suporte a esses estudantes.

A partir do programa incluir, algumas IES desenvolveram programas e políticas próprias, voltados para inclusão e acessibilidade institucional. Onofre *et al.* (2021), investigaram práticas inclusivas desenvolvidas na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através do Programa de Tutoria Especial. Criado em 2006, o programa objetiva oferecer apoio pedagógico a estudantes com deficiência, matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da instituição.

Os discentes com deficiência são acompanhados por estudantes sem deficiência, denominados tutores. Estes prestam auxílio em atividades pedagógicas e científicas, orientação em estudos práticos e teóricos e em trabalhos práticos. Recebem uma bolsa de incentivo e precisam cumprir uma carga horária de doze horas semanais, pelo período de um ano letivo.

O estudo contou com a participação de oito estudantes com deficiência, que fazem parte do programa, e seus respectivos tutores. Os participantes responderam um questionário com questões sobre as dificuldades e obstáculos enfrentados por eles na instituição e como avaliam as ações de inclusão que a Universidade oferece.

Nas entrevistas com os discentes com deficiência, foram pontuadas pelos entrevistados dificuldades em relação ao despreparo de alguns professores em lidar com alunos com deficiência e o uso de metodologias e materiais pouco acessíveis. Além disso, destacaram a presença de algumas barreiras arquitetônicas, como salas de aula distantes do local onde ficam os banheiros, acessibilidade inadequada nos banheiros adaptados e o elevador do centro onde ficam localizadas as salas de aula e o Núcleo de acessibilidade da Universidade, está sem funcionar há muito tempo.

Quanto ao Programa de Tutoria Especial, os discentes avaliaram que apresenta pontos positivos e negativos. A companhia dos tutores é um dos pontos positivos destacados, já a ausência de responsabilidade de alguns tutores, a falta de manutenção do programa, foram destacados como pontos negativos, na perspectiva dos estudantes com deficiência.

Os tutores consideraram que na UEPB há algumas ações inclusivas, como por exemplo, disponibilidade de cadeiras de rodas motorizadas para estudantes com deficiência física, palestras voltadas ao tema e curso de extensão em Libras. Um dos tutores ressaltou que apesar do crescimento do programa, pouco é investido em capacitação para os tutores.

As dificuldades encontradas pelos tutores, se assemelha com as que foram mencionadas pelos discentes com deficiência. Além do despreparo dos professores, metodologias inadequadas e barreiras arquitetônicas, nas falas dos tutores surgiram, dificuldade em conciliar o tempo de atendimento com a quantidade de conteúdos e dúvidas, preconceitos e exclusão dos estudantes com deficiência de grupos e trabalhos. Também foram apontadas algumas dificuldades experienciadas pelos estudantes com deficiência em relação ao programa de tutoria. Tais como, burocracia para serem incluídos no programa, dificuldade que os alunos novatos enfrentam para conseguir um tutor e dificuldade na troca de tutor, quando necessário.

Na Universidade Federal da Paraíba, locus da presente pesquisa, muitos estudos sobre a Política institucional de Inclusão e acessibilidade, sobre as ações desenvolvidas pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade e seus impactos na inclusão e permanência de estudantes com deficiência e/ou NEE na instituição vem sendo desenvolvidos, (Lira, 2019); (Arruda, 2019); (Silva, Fonseca e Bezerra, 2023); (Cardoso, 2023) e outros. Neste TCC, optamos por

tratar do programa Aluno apoiador, através dos relatos de experiência da autora, que serão apresentados na seção Resultados e discussões.

Este capítulo evidenciou que a inclusão de estudantes com deficiência e NEE nas Universidades brasileiras foi ampliada a partir do ano de 2005. Porém, neste percurso, os estudos revelam uma série de barreiras na estrutura física das universidades, como também no acesso aos conteúdos por parte dos estudantes com deficiência. A fim de reduzir essas barreiras, uma série de suportes foram implementados nas IES, como é o caso dos serviços e programas de apoio a estes estudantes, discutidos neste TCC.

3 Percurso metodológico

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda as experiências da autora, enquanto aluna apoiadora de um estudante com deficiência, na Universidade Federal da Paraíba. Objetivando apontar os desafios e possibilidades relacionados ao trabalho dos alunos apoiadores na UFPB.

Para isso, realizei uma pesquisa de abordagem qualitativa, tipo de pesquisa que considera os aspectos subjetivos, levando em conta experiências individuais e narrativas dos sujeitos envolvidos.

Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 70),

na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Assim, a fonte para a da presente pesquisa, o ambiente e o objeto de estudo emergem da minha experiência como apoiadora, das interações com o meu aluno apoiado, com os docentes e com os colegas de nossa turma.

Metodologicamente, optamos pela realização de um relato de experiência. Mussi, Flores e Almeida (2021) consideram que, o relato de experiência

em contexto acadêmico pretende, além da descrição da experiência vivida (experiência próxima), a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (p. 64).

Assim, para a obtenção, organização e análise dos dados de pesquisa, discorreremos acerca de minhas vivências durante o período, em que fiz parte do programa aluno apoiador, trazendo meus relatos, discutidos com base em estudos sobre inclusão e permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior, e ainda sobre as barreiras experienciadas por estes estudantes, além das minhas reflexões pessoais em relação aos elementos apresentados. Desta forma, esta pesquisa se constitui como um relato de experiência.

A pesquisa conta com dois participantes principais, meu apoiado, estudante cego, usuário do sistema Braille e eu, sua apoiadora. Ambos matriculados no curso de Pedagogia da UFPB. Iniciei minha atuação no PAED no ano de 2018, no primeiro período do curso, apoiava este colega, que demandava apoio de dois apoiadores.

No ano de 2019, resolvemos contatar o CIA e finalizar o apoio, pois meu apoiado já havia manifestado o desejo de encerrar o vínculo com a UFPB e concluir o curso em uma Universidade do Rio Grande do Norte. O que não chegou a ocorrer, pois ele permaneceu na UFPB, com auxílio de novos apoiadores.

Após finalizar o apoio, decidi participar do projeto de Extensão Inclusão em foco, onde foi possível contribuir, ora como voluntária, ora como bolsista em projetos de formação voltados para alunos apoiadores da UFPB.

Ao reescrever minha experiência, pude fazer memória de alguns sentimentos vivenciados em ocasiões alegres e ainda diante de situações de dificuldade que experimentei durante o curso. Estes acontecimentos me proporcionaram um amadurecimento pessoal, bem como, uma outra visão de mundo. Rememorar os fatos vividos no decorrer desses anos, os quais serão relatados no próximo capítulo, me fez perceber que a bagagem de conhecimentos adquiridos contribuirá muito para a minha prática docente.

4 Resultados e discussões

Neste capítulo, apresento minha experiência como aluna apoiadora. Com base nos estudos sobre a presença de alunos com deficiência no ensino superior, apresento minhas observações acerca da sua relação com seus apoiadores, com os docentes e com seus colegas de turma. Finalmente abordo, contribuições deixadas pelo programa Aluno apoiador para melhoria na inclusão de estudantes com deficiência na UFPB.

4.1 Desafios na relação apoiados e apoiadores na Universidade Federal da Paraíba

Minha jornada como aluna apoiadora teve início já no primeiro semestre do Curso de Pedagogia. Na turma inicial havia um estudante cego, que precisava do auxílio de outras pessoas para locomoção dentro do campus, pegar ônibus e ajuda com a leitura de textos impressos. Foi esse colega que nos informou sobre o CIA e sobre o programa aluno apoiador.

O PAED objetiva

dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência. O apoiador tem como principais obrigações dar suporte às atividades em sala e ajudar na mobilidade do estudante apoiado pelo campus (UFPB, 2016).

Como vimos na fala acima, o PAED tem significativa importância para os estudantes com deficiência e NEE, pois contribui para a inclusão e permanência desses sujeitos na Universidade. Além do mais, colabora para a permanência dos apoiadores, através do incentivo financeiro que recebem.

Depois de decidi ingressar no programa, participei de todo o processo seletivo, que dentre os critérios para o aluno apoiador estavam, ser preferencialmente do mesmo curso e turma do estudante com deficiência, possuir renda baixa e não ser bolsista em outro projeto de programas acadêmicos.

Após a avaliação socioeconômica, participei de uma formação com duração de 4h, que abordava as finalidades do programa, uma breve apresentação sobre todas as deficiências e, ao final, uma prova. A etapa seguinte, foi uma entrevista com o coordenador do comitê e o aluno com deficiência que seria meu apoiado. Depois da aprovação em todas as etapas, o processo finalizou com a assinatura do contrato de apoio, disponibilizado no SIGAA.

De acordo com a avaliação multiprofissional realizada pelo comitê, o aluno que acompanhei necessitava de dois apoiadores. O mesmo tratava-se de uma pessoa cega, usuária de Braille e bengala. Precisava de auxílio no deslocamento e tinha facilidade com a escrita Braille. Os apoiadores se revezavam durante as aulas e os dias da semana, pois a carga horária que o aluno necessitava ultrapassava 20h semanais previstas no edital de convocação para aluno apoiador.

Como atividades desempenhadas para o apoio, realizei leitura dos textos, principalmente quando o formato não era acessível, auxílio na locomoção dentro do campus, até a parada do ônibus, audiodescrição de imagens e vídeos apresentados em sala de aula. Além disso, levava os trabalhos produzidos por ele, em Braille, bem como, os textos que os professores disponibilizavam impressos, para transcrição no Núcleo de Educação Especial (NEDESP).

Além de textos em Braille, meu apoiado realizava leituras através de leitores de tela, a exemplo do NVDA e do Talkback. Porém muitas vezes o formato dos textos não era acessível, por isso necessitava realizar a leitura oralmente, o que acontecia principalmente quando os textos eram disponibilizados apenas no dia da aula.

Em relação aos leitores de tela, destaco sua importância para garantir a acessibilidade aos estudantes cegos e com baixa visão. Estas ferramentas “são essenciais no acesso aos conteúdos e plataformas comumente utilizados na academia” (Silva, Fonseca e Bezerra, 2023). Porém, é preciso atentar-se para o tipo de formatação em que os materiais são disponibilizados, textos escaneados

em formato de imagem, por exemplo, não são compatíveis com os leitores de tela.

Um dos principais desafios que vivenciei na relação com o meu apoiado foi conseguir dialogar com o mesmo. No início ele era bem retraído, ficava a maioria do tempo em silêncio e quando falava com ele, respondia em poucas palavras. Acredito que fatores como seu histórico de vida e familiar e ainda pelo fato de sua deficiência ter sido adquirida, contribuíram para isso.

Particpei de algumas formações para alunos apoiadores, realizadas pelo CIA ou pelo projeto de extensão “Inclusão em foco: estudantes com deficiência e apoiadores na Universidade Federal da Paraíba”, do qual também participei como extensionista voluntária.

Um assunto recorrente nas falas dos apoiadores quando se encontravam era a falta de uma definição mais clara em relação ao papel do apoiador, o que muitas vezes ocasionava certos abusos nas relações entre apoiado e apoiador. Por se tratar de uma relação entre pessoas de diferentes pontos de vista e diferentes realidades sociais, o convívio entre apoiado e apoiador pode ocasionar momentos conflituosos, pois muitas vezes, há divergência de opiniões e interesses. Na minha experiência, vivenciei episódios em que muitas vezes minhas falas e opiniões eram diminuídas ou desconsideradas pelo apoiado, precisando da intervenção do outro apoiador nos momentos de conflito.

Além dos conflitos pessoais, alguns colegas apoiadores relataram que os apoiados resolvessem questões pessoais, como ir ao banco para eles, realizassem trabalhos acadêmicos por eles. Além disso, recebiam ligações fora do horário de apoio e em alguns casos era pedido que o apoiado ficasse com parte do valor da bolsa. Algumas dessas atitudes eram demonstradas por meu apoiado que, muitas vezes, não se envolvia na elaboração e apresentação de trabalhos em grupo ou quando solicitava que fizesse os trabalhos individuais por ele.

Comportamentos como os descritos acima, causam desgaste físico e emocional nos apoiadores e prejudicam a relação com os apoiados. Demonstram ainda, que, apoiados e apoiadores podem agir de má fé pela falta

de uma definição clara do papel de ambos. É importante que, em caso de abuso, o CIA seja contatado para poder intervir. A depender da gravidade, realizar a mudança de pareamento ou encerrar o vínculo do causador dos abusos com o programa.

4.2 Os alunos apoiadores e o diálogo com os docentes na UFPB

Durante os anos em que fiz parte do programa aluno apoiador, pude experienciar dois extremos na relação com os docentes. Conheci professores muito inclusivos e interessados no desenvolvimento acadêmico do aluno com deficiência, bem como, outros bem resistentes em incluí-lo nas aulas, transferindo para os apoiadores a responsabilidade de repassar os conteúdos e seguindo as aulas como se ele não estivesse ali.

Sabendo que o estudante com deficiência visual tem o direito de receber o material pedagógico em formato acessível (Brasil, 2023), havia professores que sempre utilizavam como metodologia, aulas expositivas com apresentação de slides, contendo imagens e não descreviam o que cada imagem representava.

Em uma determinada aula, um acontecimento deixou toda a turma indignada com a atitude da professora. A mesma trouxe para o debate em sala de aula um documentário, composto basicamente por imagens, sons e as poucas falas que haviam, eram em outro idioma com legendas em Língua portuguesa. Não houve o cuidado de repassá-lo com antecedência, nem os apoiadores foram avisados sobre a metodologia que seria utilizada, para preparar antecipadamente uma descrição do documentário. Durante a exibição do documentário tentamos, eu e o outro apoiador, realizar a descrição do que aparecia na tela, mas isso nos impossibilitava de observar o filme de forma que, após a exibição nos prejudicou no debate e na realização da atividade, considerando que também éramos alunos da disciplina.

Acredito que uma forma de remover esta barreira seria a utilização da audiodescrição, que se trata de um recurso novo que traz importantes contribuições para acessibilidade de estudantes com deficiência visual. A esse

respeito, Silveira *et al.*, (2023) pontuam que, o uso da audiodescrição no ambiente universitário possibilita ao estudante com deficiência visual

o acesso aos conteúdos didáticos por meio da audição, ou seja, ouvindo o que não é possível ser visto, trazendo grandes benefícios ao ensino e aprendizagem desses estudantes universitários, favorecendo assim a sua inclusão escolar, cultural e social (p. 592-593).

A partir desta fala, acredito que se torna necessário ampliar, para os professores universitários, as informações e o conhecimento sobre a audiodescrição, para que, com isso, este recurso passe a ser melhor utilizado quando houver em sala de aula, estudantes cegos ou com baixa visão.

Em outro período do curso, tínhamos aula com um professor que não se dirigia ao aluno para falar diretamente com ele. Sempre que precisava solicitar algo, se dirigia aos seus apoiadores, como que querendo que respondêssemos por ele.

As atitudes desses professores demonstram que, em sua concepção, de certa forma, o estudante com deficiência não deveria estar ocupando aquele espaço. Demonstram, ainda, o quanto o Capacitismo é sutil e está presente no ambiente universitário, em forma de palavras, pequenas atitudes e pensamentos equivocados acerca da deficiência.

Bezerra *et al.* (2024) reforçam que, no ambiente universitário,

O capacitismo ainda permeia as atitudes e comportamentos de membros da comunidade científica, sendo uma questão que demanda destaque especial nos debates acadêmicos, bem como nos processos de formação docente para professores da Educação Superior a fim de minimizar os efeitos nocivos à vida das pessoas com deficiência. (p.16-17).

Diante desta questão, considero que uma série de ações deverão ser adotadas na UFPB e nas demais universidades do Brasil, visando reduzir os efeitos do capacitismo durante a permanência dos estudantes com deficiência.

Apesar de o CIA oferecer formações sobre deficiências e NEEs voltadas para professores, técnicos administrativos e outros servidores, a adesão é baixíssima. Exemplo disso, é que no curso “Inclusão de pessoas com deficiência na UFPB: A formação docente para a melhoria da qualidade do ensino”, ofertado no período de 2021 participaram apenas 80 professores, o que a nosso ver, representa um engajamento mínimo diante do quadro docente da UFPB.

Quanto aos servidores observa-se que uma ação conjunta entre o CIA e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) inclui esta temática nas

atividades de acolhimento desses técnicos na UFPB, a fim de que estejam cientes de como prestar serviços a estudantes com deficiência na Universidade.

Atualmente a PROGEP oferece o curso “Formação em acessibilidade e inclusão”, na modalidade a distância, com carga horária de 60h, destinado a professores e servidores da UFPB. Entretanto, afirmo que um número bem maior de docentes e funcionários ainda necessitam ser contemplados com esta formação.

Por outro lado, destaco bons exemplos de professores inclusivos, que, ao iniciar o semestre letivo, se reuniam como o aluno apoiado e seus apoiadores com a finalidade de perguntar a ele qual o método de adaptação dos textos preferia, se em Braille ou em pdf. Ao utilizar imagens ou vídeos nas aulas, estes faziam questão de descrever cada uma e sempre informavam a ação que estavam realizando dentro da sala de aula, solicitavam aos colegas que quando fossem realizar apresentações de trabalhos descrevessem ao máximo os slides. Na realização de provas, faziam a leitura das questões para o aluno e disponibilizavam um tempo extra para realização da atividade.

A nosso ver, atitudes como estas são de grande importância para os estudantes com deficiência, pois diante do quantitativo de barreiras experienciadas por eles no decorrer de sua vida social e acadêmica, chegar ao Ensino Superior e poder contar com professores com condutas inclusivas, que olham para o sujeito e não para a deficiência, que levam em consideração o aprendizado, adaptando metodologias e materiais, faz total diferença para o desempenho acadêmico destes estudantes. Estas práticas contribuem, ainda, para o desenvolvimento de suas potencialidades, que, em alguns casos, são invalidadas por meio de discursos que atribuem todos os desafios e barreiras vivenciados na Universidade, unicamente à condição da deficiência.

4.3 A relação entre os estudantes com deficiência e os colegas de sua turma: percepções do aluno apoiador

Considerando a convivência e minhas observações acerca da relação entre o meu apoiado e os colegas de turma pude constatar que, assim como os docentes, os discentes também apresentaram comportamentos distintos ao perceber um colega de turma cego.

Nossa turma inicial permaneceu junta por quatro semestres e durante esse período tínhamos uma convivência diária. Em uma turma com mais ou menos 45 alunos, poucos paravam um tempinho para conversar com o meu apoiado.

A nossa maior dificuldade em relação à turma, surgia quando precisávamos realizar algum trabalho em grupo. Os colegas entendiam que o apoiado só poderia estar no grupo junto com seus apoiadores e não cogitavam sequer convidá-lo para participar de seus grupos.

Acredito que alguns fatores contribuíam para tais comportamentos por parte dos colegas de turma: não saber como agir diante da deficiência, medo de fazer alguma coisa que pudesse constranger ou ofender seu colega com deficiência, preconceito e falta de vontade de colaborar. “Esse tipo de comportamento leva à segregação e à exclusão social e tem implicações graves no processo educacional da pessoa com deficiência, que experimenta o preconceito em uma de suas formas mais perversas” (Ribeiro e Santos, 2017).

Além disso, estamos cientes de que, para muitos, a convivência com uma pessoa com deficiência é algo novo. Por isso, devido à falta de conhecimento sobre a questão, são mantidos os mesmos comportamentos e crenças capacitistas, perpetuados historicamente, em relação a essas pessoas.

Além disso, ocorria ainda a falta de abertura do meu apoiado para conversas e amizades, considerando que havia dias que ele não conversava muito, preferindo permanecer quieto e em silêncio a maior parte do tempo.

Um momento em que houve mais interação entre o meu apoiado e os colegas foi em uma aula de campo em que visitamos o Laboratório de fabricação digital da UFPB (FABLAB), que fabrica e imprime objetos em 3 dimensões. Alguns colegas fizeram questão de descrever os objetos, oportunizando que o apoiado tivesse a experiência de tocar cada figura para perceber os diferentes materiais e texturas.

A quebra das barreiras atitudinais é, a nosso ver, um fator muito importante para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Contar o apoio dos colegas de turma, proporciona a estes estudantes sentir que não estão sozinhos. Nesta relação todos os envolvidos têm a ganhar, pois a abertura para criar novos laços de amizade é, para nós, um dos elementos essenciais para a vivência em sociedade. Além de possibilitar amadurecimento

peçoal, para os estudantes com e sem deficiência, enriquecem a convivência com pessoas de diferentes realidades.

4.4 O programa aluno apoiador na UFPB: algumas contribuições

É inegável que o Programa Aluno Apoiador, dentre outras ações desenvolvidas pelo CIA, no âmbito da UFPB, tem grande importância para a permanência, aprendizagem e participação dos estudantes com deficiência e/ou NEE matriculados na instituição.

A esse respeito, Silva, Fonseca e Bezerra (2023) reforçam que as políticas de inclusão como as desenvolvidas na UFPB, pelo CIA

podem contribuir não apenas com a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial, mas também na aquisição do conhecimento por esses, a partir das adaptações e do trabalho dos apoiadores em articulação com um currículo que pense e respeite a diversidade, cujo foco são as potencialidades das pessoas com deficiência (p.330)

Trata-se, portanto, de um trabalho colaborativo, que conta com vários envolvidos no processo. A instituição de ensino, o apoiador, professores e técnicos administrativos se articulam tendo o estudante com deficiência como centro de todas as ações.

Desde a sua criação até os dias atuais, muitas foram as contribuições do CIA para a construção de políticas de inclusão e acessibilidade na UFPB. Aqui, merece destaque as ações desenvolvidas a partir da implementação do Programa Aluno Apoiador.

Apesar de necessitar de várias melhorias, e mais incentivo, o programa tem conseguido atender grande número de estudantes com deficiências e NEE que chegam a UFPB. Possibilitando que a maioria desses estudantes, com auxílio de seus apoiadores, consigam permanecer na instituição até a conclusão do curso.

A nosso ver, além das contribuições para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes apoiados, o PAED tem grande importância também para a permanência dos apoiadores nos cursos da UFPB. Sabendo que um dos requisitos exigidos pelo edital para o ingresso no programa, é o candidato estar em situação de vulnerabilidade social, muitos apoiadores se motivam a

permanecer no curso, apenas em razão do auxílio financeiro que a bolsa do programa oferece.

Minha experiência reflete um exemplo, dentre muitas outras situações, de como o PAED também auxilia os apoiadores a permanecer no Ensino Superior. Por morar em uma cidade distante do campus, precisar pagar transporte público e ser mãe solo, muitas vezes o que me ajudou a permanecer na universidade e não desistir do curso, foi a bolsa do programa aluno apoiador, auxiliando nos custos com passagens, impressões de materiais do curso, entre outros gastos que não seria possível mantê-los, o que afetaria a minha permanência no curso.

Como vimos, a existência do PAED se torna importante não apenas para os apoiados mas também para os apoiadores. Nesse sentido, as experiências aprendidas e até mesmo os auxílios financeiros contribuem para nossa permanência na universidade e, principalmente, para nossa formação, pois a convivência com os estudantes com deficiência nos capacita para atuar em realidades bem presentes em nossas escolas e na sociedade, experiência esta que nem sempre é abordada nas disciplinas dos cursos universitários.

5 Considerações finais

Após realizar meus relatos enquanto aluna apoiadora, espero haver contribuído com todos os envolvidos no programa e com a UFPB em geral apontando desafios que deverão ser enfrentados e ainda conquistas já alcançadas em nossa Universidade, que indicam plenas possibilidades de continuidade deste programa.

Como desafios a serem enfrentados aponto:

- Pouca divulgação junto aos estudantes com e sem deficiência, em todos os cursos da UFPB, sobre as ações desenvolvidas pelo CIA e sobre o PAED;
- As relações entre pessoas com e sem deficiência dentro da universidade;
- Falta de uma definição mais clara em relação ao papel do aluno apoiador;
- A ausência de acessibilidade nas metodologias de ensino, bem como nos materiais, textos e vídeos, utilizados por alguns professores em sala de aula;
- Barreiras atitudinais e Capacitismo, tão presentes nas relações entre alunos com deficiência, professores e colegas de turma;

Diante dos obstáculos observados na relação entre apoiados e apoiadores acredito que uma alternativa possível seria, a oferta de mais formações voltadas para estudantes apoiados e apoiadores acerca das atribuições do aluno apoiador. Desta forma, os apoiadores, apoiados e docentes se conscientizariam, minimizando alguns abusos que ocorrem nesta relação. Sugiro ainda, uma formação mais abrangente para os apoiadores sobre as especificidades de cada deficiência, assim saberiam como prestar melhor auxílio, observando a necessidade específica de seu apoiado.

Visando a melhoria no diálogo entre apoiados, apoiadores e docentes, considero que as instituições de ensino superior devem contemplar em seus cursos temáticas sobre as deficiências desde a formação inicial, além de investir em formação continuada para os docentes que já atuam em sala de aula. Tendo em vista que, em muitos cursos de licenciatura, pouco se fala sobre o assunto, esta seria uma forma de preparar os futuros professores ou outros profissionais

em formação, para saber como conviver com uma pessoa com deficiência e/ou NEE.

No que diz respeito às barreiras experienciadas na relação entre os alunos com deficiência e os colegas de sua turma defendo que, desconstruir estereótipos e crenças históricas não é uma tarefa fácil, porém, poderia ocorrer uma divulgação mais ampla sobre as particularidades de cada deficiência e a realização de ações anticapacitistas para a comunidade acadêmica, contribuindo com uma maior conscientização e reeducação dos discentes.

Já em relação às conquistas e ganhos a partir da existência do programa para a comunidade acadêmica, destaco:

- A inclusão, permanência e participação dos estudantes com deficiência e NEE até a conclusão de seu curso;
- A adoção de iniciativas que levam em consideração as especificidades de cada estudante com deficiência e/ou NEE, inserindo-o no centro do processo de aprendizagem;
- As relações de amizade que são construídas entre apoiados e apoiadores ao longo do curso;
- A possibilidade de permanência no Ensino Superior também para os estudantes apoiadores, através do incentivo financeiro que recebem.

Além das sugestões apresentadas acima, aponto algumas ações que, a nosso ver, poderão contribuir com a continuidade e o sucesso do Programa Aluno apoiador na Universidade Federal da Paraíba:

- Ampliação do programa, através do aumento no número de discentes assistidos, e, conseqüentemente, no quantitativo de estudantes apoiadores;
- Aumento dos recursos financeiros destinados ao programa, para o desenvolvimento de novas ações junto à comunidade acadêmica, bem como, a ampliação do número de bolsas para os apoiadores;
- Investimento na compra e adaptação de materiais destinados a acessibilidade dos estudantes com deficiência;
- Desenvolvimento de ações de conscientização sobre o papel do aluno apoiador para a comunidade acadêmica;
- Pesquisa de satisfação semestral, do programa, realizada com estudantes apoiados e seus respectivos apoiadores;

- Avaliação contínua dos serviços de apoio prestados, bem como, da relação entre apoiados e seus apoiadores.

Diante do exposto, reforçamos a importância do PAED no processo de inclusão e acessibilidade na UFPB e ainda destacamos a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas a fim de avaliar o programa e propor melhorias para sua continuidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eduardo Martins de et al. Verificação de acessibilidade no portal discente do sistema acadêmico da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16905>. Acesso em: 14 Mai. 2025.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei no 13.146/2015. – 6. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 51 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em 07 Out. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 14 Out. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Brasília, DF. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 12 Set. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.** Brasília, DF. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em 12 set.2024.

BRASIL. **Programa Incluir.** Brasília, DF. 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir> Acesso em 05 Ago. 2024.

BEZERRA, Andreza Vidal et al. Capacitismo, eugenia e educação superior: como entender essa relação?. **Revista InCantare**, v. 21, n. 2, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/incantare/article/view/8607>. Acesso em 16 Abr.2025.

CARDOSO, Adriana de Brito. Acessibilidade comunicacional para deficientes visuais: um estudo na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26853>. Acesso em: 14 Mai. 2025.

CIA. Comitê de inclusão e Acessibilidade. **Relatório Cia em números 2023**. Disponível em: https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/cia-em-numeros-2023_compressed-1.pdf/view. Acesso em 07 Out. 2024.

CIA. Comitê de Inclusão e Acessibilidade. **Relatório de gestão 2021**. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-de-gestao-cia-2021-1-1.pdf/view>. Acesso em 10 Abr. 2025.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Revista brasileira de educação especial**, v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/?lang=pt#>. Acesso 07 Out. 2024.

DA COSTA, Luana Ranielle F.; DE OLIVEIRA, Mariana Lins. Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência: inclusão e permanência de PcD na Universidade Federal da Paraíba. **DILEMAS CONTEMPORÂNEOS VOLUME IV**, p. 105, 2020.

DANTAS, Taisa Caldas; FARIAS, Adenize Queiroz de; BEZERRA, Andreza Vidal. Inclusão Escolar e Formação de Professores no Estado da Paraíba: Percepções dos Egressos de uma Formação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e0094, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/L5T8KkFNX975dyh6XhVtnWb/#>. Acesso em: 15 Out. 2024.

DE CASTRO, Sabrina Fernandes; ALMEIDA, Maria Amelia. Barreiras comunicacionais evidenciadas pelos alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 3, p. 721-728, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6594>. Acesso em: 15 Out. 2024.

DINIZ, Etienne Paula da Silva.; SILVA, Aline Maria da. Perspectivas de Estudantes com Deficiências Sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0092, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/FLCBLwkz3vxFJJY6jnCNpPM/#>. Acesso em 06 Out. 2024.

LARA, Patricia Tanganelli; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do Programa Incluir. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, p. 1137-1164, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766276013/637766276013.pdf>. Acesso em 10 Ago. 2024.

LIRA, Dandara Wanessa Nascimento Gomes. Experiências de invisibilidade: discutindo a acessibilidade de estudantes com deficiência na UFPB. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15233> . Acesso em: 10 Mai. 2025.

MARTINS, Maria Helena Venancio; MELO, Francisco RL Vieira de; MARTINS, Cátia. Serviços para estudantes com deficiência nas Universidades: dificuldades e desafios. **Educação em Revista**, v. 37, p. e27022, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/RgVpF6Sy5Gbhd5DM5WRb3QN/>. Acesso em 29 Set. 2024.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/TtbzYNgRQZqGJ7whtCJLR9f/?lang=pt>. Acesso em: 29 Set. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 Abr. 2025. Epub 25-Nov-2021.

ONOFRE, Eduardo Gomes et al. A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: o programa tutoria especial da Universidade Estadual da Paraíba, Brasil, em foco. **Revista Argentina de Educación Superior: RAES**, n. 22, p. 63-74, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8033429>. Acesso em 29 Set. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

REIS, Joab Grana; GLAT, Rosana. Inclusão no ensino superior: narrativas de estudantes com deficiência no contexto amazônico. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 1, p. 85-109, 2022. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/13223>. Acesso em: 18 Out. 2024.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; SANTOS, Silas Nascimento dos. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54726>. Acesso em 15 Abr. 2025.

SANCHES, Isabel Rodrigues; DA SILVA, Polliana Barboza. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia: The inclusion of deaf students in higher education in Brazil: The case of a Pedagogy course. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 32, n. 1, p. 155-172, 2019.

SILVA, I. M. de A. da .; FONSECA, S. M. de F. P. da .; BEZERRA, A. V. FATORES DE PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM CURSOS DA UFPB. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 325–339, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8254016. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1804>. Acesso em: 8 Abr. 2025.

SILVEIRA, E. P. da; OLIVEIRA, A. F. T. de M. .; ARAÚJO, M. P. M. .; PIRES, E. M. PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL ACERCA DA AUDIODESCRIÇÃO NA UNIVERSIDADE. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 587–611, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8312096. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1896>. Acesso em: 10 Abr. 2025.

UFPB. Pró-reitoria de Assistência Estudantil. 2016. Apoio ao estudante com deficiência. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/menu/auxilios-e-apoios/apoio-ao-estudante-com-deficiencia>. Acesso em: 23 Abr. 2025.

UFPB. Resolução nº 37/2021. Altera Resolução Consepe nº 29/2020 nos artigos que dispõe sobre os discentes com deficiência na graduação e demais itens relacionados à manutenção de garantias à pessoa com deficiência. 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/documentos/resolucoes/>. Acesso em: 13 Mai. 2025.